

**LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA, EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

*Kaégila Maria Vieira da Silva*¹³⁹

URCA

kaegilamvsilva@hotmail.com

*Alane do Nascimento Moura*¹⁴⁰

URCA

Alanemoura07@gmail.com

*Isabelle de Luna Alencar Noronha*¹⁴¹

URCA

isabellealencar@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho cujo tema “Livro Didático de História, Educação em Direitos Humanos e Cidadania nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental”, tem como objetivo apresentar discussões acerca do ensino da história em diálogo com a temática de direitos humanos. O ensino de História no Ensino Fundamental I deve ajudar o aluno a entender a história como uma disciplina viva e dinâmica. Partir de uma lógica construtiva que contribua para formação do pensamento crítico, no conhecimento de seus direitos, na construção de valores e no respeito à diversidade. O texto traz, pois, esta discussão, tendo por base a análise de um livro didático do ensino de História (4º série do Ensino Fundamental) adotado em escolas públicas da cidade de Crato, no sentido de encontrar, ou não, referência a esta temática, bem como a formas de orientação para conduzi-la.

Palavras-chave: Livro Didático; Direitos Humanos; História; Educação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “Livro Didático de História, Educação em Direitos Humanos e Cidadania nas Series Iniciais do Ensino Fundamental” tem como objetivo analisar se a temática dos Direitos humanos vem sendo ou não abordada em

¹³⁹Bolsista PIBIC – Kaégila Maria Vieira da Silva. Universidade Regional do Cariri-URCA. E-mail: kaegilamvsilva@hotmail.com.

¹⁴⁰ Bolsista PIBIC – Alane do Nascimento Moura. Universidade Regional do Cariri-URCA. E-mail: alanemoura07@gmail.com.

¹⁴¹Orientadora – profa. Dra. Isabelle de Luna Alencar Noronha. Depto. Educação URCA. E-mail: Isabelle.luna@urca.br.

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFCG

livros didáticos de História. É parte do projeto de pesquisa sobre livros didáticos do ensino de história nas séries iniciais que ora as autoras desenvolvem e recebe apoio financeiro do PIBIC/URCA. O exemplar escolhido para ser tratado neste texto, foi um livro didático de história da 4º série do ensino Fundamental, adotado pelas

Escolas da rede municipal da cidade de Crato-Ce. Os estudos que fundamentam este trabalho estão em Fermiano e Santos (2014), Selbach (2010), dentre outros.

O livro didático é um dos principais instrumentos utilizados pelos professores em sala de aula, serve como um guia que orienta o trabalho docente. A nossa indagação é saber quais conteúdos vem sendo discutidos dentro dos livros didáticos de história com relação aos direitos humanos. Parte-se da premissa de que o livro ajuda a formar opiniões sendo um instrumento de poder ideológico.

O livro didático de História tem o dever contribuir efetivamente para a formação do indivíduo no que se refere ao seu processo de construção de identidade, no conhecimento dos seus direitos como pessoa, na consciência dos deveres e na prática da cidadania. Portanto, a realização desta pesquisa justifica-se pela relevância de se trabalhar a história atrelada com a temática dos Direitos Humanos, uma vez que se faz necessário começar a discutir assuntos referentes a essa temática com os alunos já nas primeiras séries iniciais.

É parte do processo de ensino fazer conhecer a importância dos direitos humanos conquistados ao longo da história, sua função no meio social e sua contribuição na construção de um mundo mais justo para todos. Começar a construir junto do aluno conceitos básicos e necessários para a sua formação humana, intelectual e social.

Os procedimentos metodológicos para a realização desta pesquisa se efetivaram por meio de leituras bibliográficas, sendo assim, é um trabalho científico de caráter qualitativo, que de acordo com Severino (2000, p. 145) requer pesquisa e reflexão, autonomia e rigorosidade.

Esta pesquisa se constituiu como componente significativo para a nossa compreensão a respeito da importância da temática dos Direitos Humanos e sua presença no ensino de História.

O livro didático escolhido, especificamente para a escrita desse texto, pertence ao 4º ano do ensino fundamental e é adotado nas escolas públicas da cidade do Crato-CE. Da análise concluímos que a temática dos Direitos Humanos é abordada de forma

superficial o que exige um professor melhor formado e afeito com o conteúdo para ter a sensibilidade de trazê-lo para o âmbito escolar.

A TEMÁTICA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Trabalhar a temática dos Direitos Humanos no ensino de história é mais que uma indicação legal, é entender que “O maior potencial do ensino de história é, pois, contribuir para localizar a criança no seu contexto e, assim, torná-la capaz de se reconhecer como ser humano dentro de um sistema de relações sociais que foi formado ao longo dos tempos”. (FERMIANO; SANTOS, 2014, p. 10).

O livro didático como veículo condutor do conteúdo a ser trabalhado deve, pois, trazer esta temática em sua exposição, porque trabalha com a formação do ser.

Dentre os livros pesquisados, no limite desse texto, foi tomado por objeto de estudo um do 4º ano do Ensino Fundamental, séries iniciais.

Durante o processo de análise da temática dos Direitos Humanos no livro didático de história, percebeu-se que os poucos assuntos discutidos são abordados de maneira inconsistente e descontextualizados. As únicas informações encontradas no livro a esse respeito estão atribuídas aos direitos dos índios e a violação a estes direitos, e, em outra unidade, sobre o povo negro. Na unidade II do livro ao discutir sobre a figura do índio, ressalta que existem leis que garantem proteção, sobrevivência, zelo e permanência de costumes indígenas e de suas raízes culturais. O acesso à escola, também é uma garantia, porém de forma bem sintetizada, ou seja, o aluno acaba tendo poucas informações sobre algo que deveria vir de maneira mais precisa que o pudesse levar a reflexão e ação a partir de uma leitura mais rica e, sobretudo, contextualizada. O livro em nenhum momento tem a preocupação de mostrar a luta dos índios e sua importância no processo histórico na formação da cultura brasileira, o povo indígena é visto como um povo perdedor que teve que fugir para não morrer nas mãos dos europeus. Em outro capítulo, o livro aborda a história dos negros e de sua chegada ao Brasil (na condição de escravos), porém de forma também sintetizada. No contexto do livro o negro não é visto como símbolo de luta e superação e nem como sujeito histórico no processo da conquista dos direitos e da igualdade social, apenas como sujeito que foi escravizado.

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG

Os cuidados em se adotar um livro abarcam desde a observação de sua estrutura, à didática, o que implica em tempo de análise, para saber como os assuntos propostos são discutidos, posto que o livro permita ao aluno e também ao docente, inicialmente, uma visão panorâmica dos conteúdos. Segundo Rusen (2010, p.115) “[...] as características que distinguem um bom livro didático são essencialmente quatro: um formato claro e estruturado; uma estrutura didática clara; uma relação produtiva com o aluno e uma relação com a prática da aula”. Tais características precisam ser bem observadas, mas por si não garantem a efetividade do trabalho docente, posto que o livro não seja (mesmo sendo em alguns casos) o único recurso a ser adotado em uma sala de aula.

Na sociedade contemporânea o acesso a conteúdo mais denso e completo está disponível, por exemplo, na rede mundial de computadores, mas a aprendizagem relacional, de respeito e solidariedade se constrói na convivência com o outro. O que implica em observar os pilares da educação para o século XXI, que estão assentados sobre o aprender: a fazer, a conhecer, a conviver e a ser.

No livro didático analisado a relação com os direitos humanos e cidadania vem de forma bastante resumida o que poderia privar o aluno de obter mais informações em relação ao assunto. O que leva a pensar que possa existir uma fragmentação na formação dos alunos que utilizam esse livro, caso este seja o único recurso utilizado pelo professor, para a realização das suas aulas, fato que esta pesquisa não observou por não ter este objetivo, mas é consenso entre pesquisadores que,

O livro didático ainda tem uma presença marcante em sala de aula, e muitas vezes, como substituto do professor quando deveria ser mais um elemento de apoio ao trabalho docente. Os conteúdos e métodos utilizados pelo professor em sala de aula estariam na dependência dos conteúdos e métodos propostos pelo livro didático adotado. Muitos fatores têm contribuído para que o livro didático tenha esse papel de protagonista na sala de aula, um livro que promete tudo pronto, tudo detalhado, bastando mandar o aluno abrir a página e fazer exercícios, é uma atração irresistível. O livro didático não é mero instrumento como qualquer outro em sala de aula e também não está desaparecendo diante dos modernos meios de comunicação. O que se questiona é a sua qualidade. Claro que existem as exceções. (FRISON, 2009, p.04, apud ROMANATTO, 1987, p.85).

Assim, o uso do livro didático em sala de aula, ainda se configura como fundamental, porém, não é a única fonte de conteúdo e de informações, conforme afirmado anteriormente, ainda mais quando estes não possuem quesitos suficientes capazes de suprir as necessidades dos alunos, o que faz necessário o auxílio de outras

fontes. É preciso usar o livro de forma adequada como também é preciso buscar outras metodologias para se trabalhar os conteúdos.

No caso do ensino de história saber se o livro possui relação de contribuição entre o aluno e o professor para uma visão crítica, como uma ferramenta importante sobre a formação social, prepara para a cidadania e o conhecimento da educação em Direitos Humanos, tais como: respeito à diversidade dos grupos sociais, nacionalidade, cor da pele, cultura, gênero e pluralidade cultural, é condição de seleção.

O livro didático assume essencialmente três grandes funções: de informação, de estruturação e organização da aprendizagem e finalmente, a função de guia do aluno no processo de apreensão do mundo exterior. Deste modo, a função depende de o livro permitir que acontecesse uma interação da experiência do aluno e atividades que instiguem o estudante desenvolver seu próprio conhecimento, ou ao contrário, induzi-lo à repetições ou imitações do real. Entretanto o professor deve estar preparado para fazer uma análise crítica e julgar os méritos do livro que utiliza ou pretende utilizar, assim como para introduzir as devidas correções e/ou adaptações que achar convenientes e necessárias. (SANTOS; CARNEIRO, 2006, p.206).

Neste sentido, estudar e aprender como analisar livros didáticos é também uma função dos cursos de formação docente, posto que se o professor não adquire esta competência não terá como desenvolvê-la no mundo do trabalho docente.

A análise do livro da disciplina de história do quarto ano do ensino fundamental demonstrou a escrita de forma sucinta de determinados momentos da história, e sua relação com os Direitos Humanos. Outra questão que foi perceptível é que as gravuras contidas muitas vezes não condizem ao texto, repassando uma ideia romantizada dos problemas acerca de momentos históricos tais como: a escravidão, a vida das mulheres nas colônias, a escravização dos indígenas, o processo de independência do Brasil, entre outros.

O ENSINO DE HISTÓRIA E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O ensino da disciplina de História no ensino fundamental deve contribuir para que os alunos possam construir conceitos básicos (identidade, cultura, tempo) e assim adquirirem uma compreensão reflexiva das relações estabelecidas e das experiências vivenciadas em seu meio social. Os Parâmetros Curriculares Nacionais enfatizam que os

estudos históricos devem ser realizados tendo como base as experiências e a realidade dos alunos, o que pensam e o que têm como ideal de vida.

A compreensão do aluno como um sujeito no processo histórico é uma exigência encontrada nas propostas pedagógicas do estado de São Paulo, desde a década de 1980, e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, desde 1996. Ela parte da constatação de que o conhecimento histórico pode contribuir para o desenvolvimento da identidade. Mas o que isso quer dizer? Quer dizer que ensinar história para uma criança no ensino fundamental pode ajudá-la a pensar sobre sua própria história. Isso representa tomar consciência de seus hábitos, compreender melhor a cultura e o ambiente em que vive conhecer a realidade de seus colegas. Ao descobrir quem é e de onde veio, ela tem condições de projetar para onde vai. (FERMIANO; SANTOS, 2014, p.9-10).

Neste sentido é preciso que o docente busque informações sobre: em que contextos nossos alunos estão inseridos? Qual é a realidade em que eles vivem? Esses são questionamentos primordiais que a escola deve fazer em sua prática diária, é vazio pensar no ensino da História se não partir dessa perspectiva. “O maior potencial do ensino de História é, pois, contribuir para localizar a criança no seu contexto e, assim, torná-la capaz de se conhecer como ser humano dentro de um sistema de relações sociais que foi formado ao longo do tempo”. (FERMIANO; SANTOS, 2014, p.10).

Conhecer a realidade do aluno é o primeiro passo, para que assim possam se trabalhar conteúdos que tenham relações diretas ou indiretas com a sua realidade, desta forma eles passam a ter subsídios necessários para a formação do pensamento crítico ao tempo em que também estarão tendo a oportunidade de usar dos conhecimentos, fruto de experiências e a partir disso amadurecer as suas percepções de mundo e consequentemente atuarem como cidadãos competentes, aptos a viverem em sociedade.

O compromisso do professor de história é, pois se comprometer com a formação dos seus alunos, é fazer com que eles tenham um olhar reflexivo em relação a determinados assuntos, porém o ato de refletir não é suficiente, não tem sentido, por exemplo, falar para o aluno a importância do respeito se não houver a prática desta ação, ou seja, não é apenas levar o aluno a reflexão, mas sim à ação, e por meio destas ações construir um mundo melhor.

Diante deste contexto o autor vai dizer que:

“Não se é professor de verdade se as aulas não estão ajudando o aluno a conhecer, por conhecer saber fazer, por bem fazer melhor compartilhar, e assim, ao “ser”, se autoconhecendo, privilegiando pessoas e não coisas e

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG

ajudando a mudar o mundo o mundo em que vive e onde aprende a conviver. (SELBACH, 2010, p. 94).

Busca-se, pois a formação de pessoas comprometidas com a responsabilidade de construir um mundo mais justo e igualitário. Para tanto, o professor deve abrir caminhos para seus alunos, deixá-los participar de forma ativa dentro da sala de aula e procurar metodologias que os impulsionem cada vez mais a querer participar dos debates, a dar suas opiniões próprias, o aluno precisa se sentir a vontade, e tais ações devem contribuir para quebrar o tradicionalismo que ainda existe dentro dos ambientes escolares, o professor não pode ser a figura central e muito menos querer ser o detentor da verdade, muito pelo contrário, ele precisa ser caminho que leva o aluno a novos conhecimentos, e servir como exemplo para todos. Esta concepção do ensino de História defende que as pessoas têm a sua liberdade de expressão e isso precisa ser respeitado. Desta forma é possível conviver com as divergências de opiniões, afinal a sociedade é formada a partir disso, ninguém pensa igual a ninguém, e isso é diversidade, é História.

Obtém melhores resultados aquele professor que ouve os alunos do que aquele que simplesmente “passa a matéria” como se apresentasse um monólogo diante de uma plateia silenciosa e apática. Na primeira etapa do ensino fundamental, os alunos têm entre seis e 11 anos. Durante essa época da vida, as intervenções pedagógicas mais eficazes são as que priorizam ação, ou seja, estimulam os alunos a participar ativamente do processo de aprendizado. Em outras palavras, os alunos aprendem melhor quando são levados a pensar, imaginar, pesquisar, analisar, comparar suas ideias com as dos colegas. (FERMIANO; SANTOS, 2014, p.11-12).

Tudo isso está diretamente ligado aos princípios e valores, criando um espaço mais harmonioso e respeitoso onde todos possam conviver cordialmente sabendo lidar com as diferenças existentes em nosso contexto sociocultural, ensinar o respeito às diferenças é um dos elementos presentes dentro do ensino de história ao tempo em que também tem sido um desafio. Ensinar às crianças a importância do respeito e os demais valores sociais na atualidade tem sido desafiador, mas sabemos que o compromisso de educar parte das relações estabelecidas entre pais e escola, se ambos fazem um bom trabalho é certo que teremos a formação de pessoas conhecedoras dos valores e, sobretudo praticantes destes valores.

Assim o ensino de História funciona como uma espécie de ponte que liga o sujeito aos diversos marcos históricos que acontecem ao longo do tempo. O ser humano como um ser histórico e construtor de sua identidade trava cotidianamente uma luta para

conquistar o seu espaço, ser respeitado e, sobretudo assegurar seus direitos, e essa luta é coletiva, ninguém está sozinho. Partindo desse pressuposto é preciso ensinar à criança a importância do viver em coletivo, da partilha e da solidariedade, mostrar o valor da família, da escola e das relações estabelecidas com outros grupos, valorizar, sobretudo a coletividade e deixar de lado o individualismo e egocentrismo, afinal de contas nada deve ser conquistado com o intuito de privilegiar a si próprio ou apenas a uma minoria, mas sim a todos. Pensar, pois no bem da maioria deve ser também um dos principais objetivos traçados pelo professor de história, por isso a importância de se trabalhar em grupo com os alunos desde cedo. Existem várias situações que o professor pode estar trabalhando isso em sala, como por exemplo, emprestar o material escolar ao colega ou até mesmo partilhar o lanche, ajudar o outro nas atividades quando este sentir dificuldades, todas essas ações por pequenas que sejam, contribuem significativamente na formação integral do aluno.

O homem é por essência, uma criatura social e o ensino de História bem o destacam, percebendo as relações e diferenças existentes entre a história de um indivíduo ou grupo, com a de outros, construindo assim o conhecimento histórico de forma dialógica e compartilhada.

Somos o que somos e alcançamos o que foi possível por vivermos em grupo e por descobirmos que sem o compartilhar não existe família, não existe a comunidade, é impossível a nação, não há justificativas para o trabalho e para a busca da felicidade. É impossível felicidade pessoal egoísta e sem o outro, não se cultua um país sem relações interpessoais, é inviável a história do indivíduo e do egoísmo em lugar de uma História que interliga gentes e estuda a sociedade. (SELBACH, 2010, p.92-93).

O ensinar e aprender História neste contexto se efetiva pelas trocas de experiências, posto que, na medida em que o indivíduo compartilha as suas vivências ele também aprende com os relatos dos demais. Não há sentido ensinar História se em primeiro lugar não houver uma valorização da própria história de vida do ser humano.

Conhecer a si mesmo e ao outro, construir sua identidade e compreender as identidades individuais, sociais e coletivas é um dos primeiros passos no caminho que leva à cidadania plena. Para que o professor do ensino fundamental corresponda a essa proposta ele deve *partir da realidade do aluno e ajudar o estudante a formar um pensamento crítico*, considerando sempre a idade dessa criança e as possibilidades de ação e reflexão que ela possui. (FERMIANO; SANTOS, 2014, p.11).

Todos nós nascemos com as mesmas necessidades, de ter uma família, abrigo, proteção, direitos, acesso a uma educação de qualidade e comprometida com os princípios éticos, estéticos e políticos. Intriga o fato de perceber que todas essas

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG

necessidades estão comprometidas e ameaçadas pelo próprio ser humano na sociedade capitalista. Pois do mesmo fio que tece a vida surgem os nós onde se escondem a violência, os genocídios, preconceitos, a escravidão e tantas outras formas de violação aos direitos humanos. Diante dessa realidade temos duas opções ou nos render ao sentimento de impotência e permitir que as violações aconteçam ou tomar uma posição e assumir a defesa dos direitos como uma missão que todos devem ir à luta.

Os direitos humanos surgiram a partir das lutas e reivindicações da sociedade contra a escravidão e a desigualdade de gênero e de classes. Os trabalhadores passaram a criar movimentos de luta para reivindicar os seus direitos e acabar com o trabalho escravo; as mulheres também entram nessa luta, com o intuito de quebrar o estereótipo alimentado por uma sociedade machista e autoritária; os negros os índios também são sujeitos que ocupam um espaço muito significativo nessa história de luta e de superação. Assim, boa parte das grandes mudanças históricas ocorridas no meio social aconteceu sobre a bandeira dos direitos humanos. No Brasil lutar pelos direitos, pela permanência da verdade e pela igualdade social foi à reivindicação por democracia, após longo período de ditadura militar (1964-1985). No que se refere ao ensino de história em sua relação com os direitos humanos os PCNs destacam que,

Possibilita o surgimento de vozes de grupos e de classes sociais antes silenciadas. Mulheres, crianças, grupos étnicos diversos tem sido objeto de estudos que redimensionam a compreensão do cotidiano em suas esferas privadas e políticas, a ação e o papel dos indivíduos, rearticulando a subjetividade ao fato de ser produto de determinado tempo histórico no qual as conjunturas e as estruturas estão presentes (Brasil, 2000a, p. 22).

Os Direitos Humanos partem de uma ação conjunta e ao mesmo tempo individual, o sujeito precisa saber que como cidadão ativo na sociedade precisa respeitar e contribuir para que o seu direito e do outro seja mantido e respeitado. Para cobrar da sociedade é preciso que primeiramente se tenha uma ação de cada um individualmente, e a educação é o meio para se conseguir isso. Saber se colocar no lugar do outro, respeitar a diversidade de opiniões, crenças, cultura, orientação sexual, todos esses aspectos formam um sujeito competente para interagir com/no meio social.

Em consideração a estes valores devem é preciso afirmar que devem ser construídos cotidianamente no seio familiar e escolar. O sujeito ao ser inserido na escola começa a construir a sua percepção de mundo, e o papel das citadas instituições é primordial no processo de formação destes indivíduos. Diante disso nos perguntamos:

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG

De que forma os pais educam seus filhos? Com quais objetivos? Os valores estão sendo ensinados? Como e quais assuntos estão sendo discutidos? Esses questionamentos se tornam pertinentes para as aulas de história. Configuram-se como o “partir do cotidiano”, tal como preconizam os PCNs.

Em um tempo em que todos os dias por meios das diversas plataformas digitais a sociedade é bombardeada com notícias que afligem os direitos humanos, tais como: a violência impregnada no contexto social em suas diversas formas; guerras ocasionadas por falta de respeito às opiniões políticas, morais e religiosas; a prevalência do preconceito, da falta de solidariedade, da desigualdade social, na qual a supremacia de uma classe prevalece sobre outra, é preciso o conhecimento de leis que foram criadas e implementadas com o intuito de assegurar os direitos humanos.

Tais direitos abrangem uma educação de qualidade, moradia, direito ao voto, trabalho digno, saúde, a liberdade e igualdade sem acepção de pessoas. Porém a nossa realidade pode provar que todos esses direitos são desrespeitados, claro não podemos negar que ao longo do processo histórico, vários direitos foram conquistados nas mais diversas áreas, e vale salientar que tudo foi processo de luta, resistência e reivindicações dos movimentos sociais espalhados ao redor do mundo. O momento atual parece pôr essas conquistas por terra, quando mostra a corrupção dentre outras práticas invadindo os noticiários nacionais e internacionais.

Sendo assim, como falar de igualdade, de liberdade, democracia, quando a prática social se faz diferente daquilo assegura as leis? Isso para um professor de história do ensino fundamental acaba sendo desafiador, pois ao mesmo tempo em que ele tem a responsabilidade de trabalhar com os seus alunos a importância da prática dos valores, ele sabe que na realidade estes mesmos valores estão se tornando escassos e que os alunos podem questionar essa contradição. É aqui que o papel do professor como educador deve se concretizar, pois ele precisa mostrar que mesmo diante de tanta desigualdade, existem aqueles que lutam pela igualdade, que mesmo diante de um mundo onde o preconceito e pessoas que não respeitam o espaço do outro, existem pessoas que lutam pelo respeito e pelo fim do preconceito. Ele precisa mostrar que tanto as más ações com as boas ações partem do indivíduo e precisam ser cultivadas as boas ações, pois a mesma capacidade que o ser humano tem de plantar e cultivar o ódio, por exemplo, ele também tem para amar e respeitar o próximo. É preciso levar o aluno a questionar determinadas ações, como por exemplo, a desigualdade entre as classes, a

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG

exclusão das pessoas com deficiência, a violência e tantas outras questões, buscar entender o motivo delas existirem, e como ele pode contribuir para que essas questões sejam solucionadas.

O ensino de História nos primeiros anos do ensino fundamental já é capaz de ajudar a criança a *identificar preconceitos, observar injustiças, duvidar de determinadas afirmativas destinadas a desqualificar o “outro”, o “diferente”*. Com orientação do professor, os alunos tornam-se capazes de questionar afirmações do tipo “a cultura indígena é inferior”, “as meninas são menos capazes que os meninos”, e mostrar como e por que são incorretas (por exemplo, em que momento histórico elas foram elaboradas ou que interesse elas servem). O passo seguinte nesse longo processo que é aprender a questionar com propriedade é reconhecer mecanismos de exclusão de determinadas pessoas ou grupos, ou seja, entender como e quando o preconceito acaba á discriminação. E finalmente lutar contra eles. (FERMIANO; SANTOS, 2014, p.18).

O sujeito precisa aprender desde cedo a fazer a sua parte, “não importa se o político não é honesto, eu e você, precisamos ser”. “Não importa se meu amigo furou a fila, eu e você precisamos respeitar a vez do outro”. A boa ação não precisa e nem pode depender do outro, e muito menos ser vista como mérito pessoal, mas sim como um dever de cada um de nós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração as questões que foram discutidas, podemos entender a importância de se trabalhar o ensino de história a partir do cotidiano do aluno/a e com o auxílio de vários recursos para além do livro didático. Esta disciplina tem relação direta com os valores e direitos humanos. O maior compromisso do ensino de história é educar o sujeito para a cidadania, contribuir para sua formação humana, intelectual e social. O ensino não pode ser vazio e nem pautado apenas nas memórias do passado. É preciso descobrir de que forma a história pode contribuir para a formação de outra sociedade, menos injusta. Afinal o ensinar história não é apenas discutir as questões do passado, mas entender o presente e ter o futuro como referência para as mudanças que precisam acontecer ainda no presente.

REFERÊNCIAS

Anais da X Semana Nacional de História CFP/UFMG

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário [da] República Federativa do Brasil**, poder executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p.27833-27841

CARNEIRO, M. H. da S, SANTOS, W. L. P. dos; MÓL, G. de S. **Livro Didático inovador e professores: uma tensão a ser vencida**. Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências, V. 7, N. 2, dez 2005.

FRISON, MD; VIANNA, J; CHAVES, JM; BERNARDI, F.N. **Livro Didático como Instrumento de Apoio para a Comunicação de Propostas de Ensino de Ciências Naturais**. Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, Florianópolis, 2009, p.4-5.

RÜSEN. Jörn. **E o Ensino de História**. Curitiba: editora da UFPR, 2010. (Organização de Maria Auxiliadora Smith, Isabel Barca e Estevão de Rezende Martins).

SELBACH, Simone (Sup. Geral) [et al]. **História e Didática**. Petrópolis, RJ, 2010 (Coleção como bem ensinar).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo. Ed. Cortez, 2000

URBAN, Ana Cláudia; LUPORINI, Teresa Jussara. **Aprender e Ensinar História nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. São Paulo: Cortez, 2015 (Coleção biblioteca básica de alfabetização e letramento).